

CAPA

A HORA DO ROLO COMPRESSOR

RESPALDADO PELO RESULTADO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS, O GOVERNO TEMER LANÇA UMA OFENSIVA CONTRA A CONSTITUIÇÃO E O PATRIMÔNIO PÚBLICO

POR ANDRÉ BARROCAL

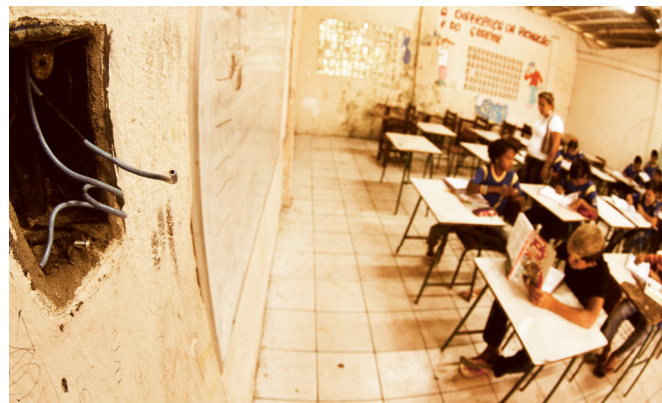
Na segunda-feira 3, dia seguinte às eleições municipais, o presidente Michel Temer foi a Buenos Aires encontrar o colega Mauricio Macri. O plano inicial era uma reunião na Casa

Rosada, sede do governo argentino, mas a reação pelas redes sociais da internet, de repúdio à visita do brasileiro, tinha sido tamanha que o encontro acabou transferido para a residência presidencial, a Quinta de Olivos, mais sossegada e distante do centro. Adiantou pouco. Na chegada, o peemedebista foi recebido com gritos de “golpista”, ratos de plástico e cartazes “Fuera Temer”. Mesmo assim, partiu contente rumo ao Paraguai, radiante com a “vitória esplêndida” de aliados na eleição da véspera, “especialmente agora que nós temos de aprovar algo que é fundamental”.

“Fundamental” para os propósitos do governo, certamente. O mesmo não pode dizer a população dependente de hospitais e escolas públicas. Com o sentimento de respaldo por conta da debacle do PT na eleição municipal, partido por ora líder da oposição, Temer mergulhou nas



Os gastos em educação e saúde cresceram exponencialmente nos últimos 15 anos, mesmo assim ficaram aquém das necessidades. Os limites da PEC 241 só vão piorar a situação. As regras do pré-sal já mudaram

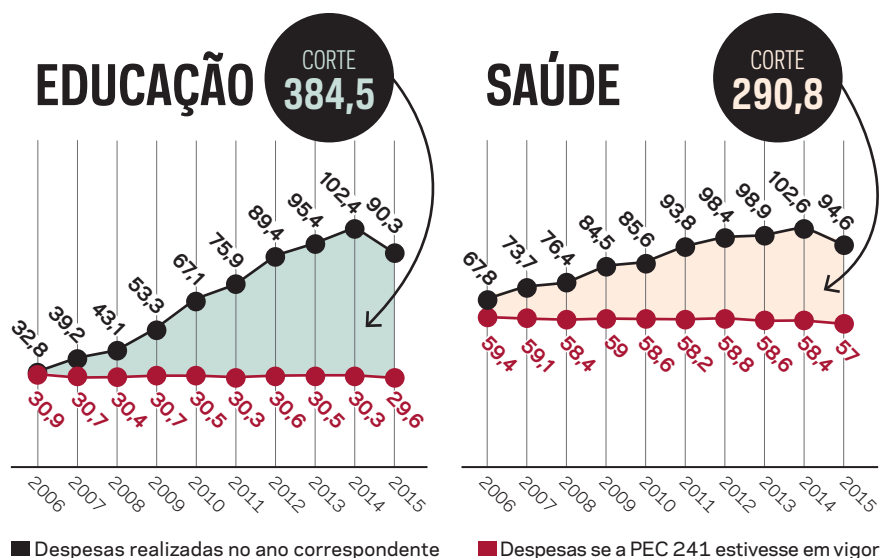


RENATO MENDES/BRASIL PHOTO PRESS/FOLHAPRESS, FABIO RODRIGUES/POZZEBOMI/ABR E TARSO SARRAFI/ESTADÃO CONTEÚDO



REDUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO COM A PEC 241

Em R\$ bilhões



Fontes: Orçamento Brasil e IBGE. Elaboração: Dieese

prometidas medidas impopulares. Sua prioridade número 1, a “fundamental”, é aprovar no Congresso o congelamento por 20 anos de investimentos públicos em saúde e educação, entre outros, duas das áreas mais problemáticas e demandadas pelos brasileiros. Desse modo, crê o governo, o pagamento da dívida do Estado não correrá perigo, os aportes privados na economia voltarão e o crescimento virá a reboque.

A proposta, uma alteração na Constituição, passaria pelo teste inicial na segunda-feira 10, na Câmara. Para vencer, o governo lançará uma ofensiva “terrorista”. A propaganda em jornais aponta uma “situação muito grave nas contas públicas”, discurso respaldado na tevê pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e por projeções de um cenário econômico caótico apresentadas a deputados. Não só. Temer pediu a barões da mídia que atuassem no convencimento da sociedade. Pressionou partidos aliados a punir dissidentes. Viu o relator do projeto, o peemedebista gaúcho

Darcísio Perondi, a quem doara 50 mil reais na campanha de 2014, fazer uma mandragem no texto para driblar as resistências de colegas. E chamou 400 deputados para jantar no domingo 9, véspera da votação, para cobrar apoio.

“Se sair 100 reais por convidado, serão 40 mil reais com esse jantar. Em tempos de crise, não dá para aceitar”, afirmou o opositorista Silvio Costa, do PTdoB de Pernambuco. Menos aceitável ainda, disse, pelo cardápio em questão. “Dá para dizer quantos vão nascer no ano que vem? Quantos vão morrer em acidente de moto? Não dá para impor um teto de gastos na saúde, é um absurdo essa proposta.”

Quem é do ramo concorda. “Em 20 anos, teremos um aumento expressivo da população, além da mudança no perfil demográfico do País com o aumento da expectativa de vida, o que vai impactar significativamente na necessidade de investimentos em saúde”, afirmou o presidente do Conselho Nacional de Saúde, o farmacêutico Ronald Santos, em entrevista coletiva em Brasília. Se o plano Temer vingar, disse, diminuirão os atendimentos do Samu, a assistência das equipes de saúde da família, transplantes etc. etc.

De 2002 a 2015, o País ganhou 30 milhões de habitantes e chegou a uma população de 200 milhões. O Orçamento da saúde pública passou de 55 bilhões de reais anuais para 100 bilhões e o da educação, de 30 bilhões para 100 bilhões. Uma expansão real dos repasses, acima da inflação. Idealizado por Meirelles, o congelamento prevê a correção com base apenas na variação de preços do ano anterior. Prenúncio de tempos duros para os usuários de serviços públicos, a turma da baixa renda, pois o aumento da verba ainda assim foi insuficiente para cobrir a demanda existente, que dirá a futura.

Dois pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a farmacêutica Fabíola Sulpino Vieira e o economista Rodrigo Pucci Sá e Benevides, ambos especialistas em saúde coletiva, fizeram as contas e concluíram: o gasto público *per capita* com saúde no Brasil é um dos menores entre países que possuem sistema universal e mesmo em uma comparação com vizinhos sem modelo semelhante ao SUS. Em 2013, o setor público brasileiro investiu 591 dólares por

habitante. O Reino Unido, inspiração do modelo nativo, 2,7 mil dólares e a França, outra nação de sistema universal, 3,3 mil. Na Argentina e Chile, onde não há direito universal à saúde, aplicaram-se 1,1 mil e 795 dólares, respectivamente.

Secretários municipais e estaduais de saúde preveem um quadro sombrio caso a chamada PEC 241 seja aprovada, embora tenham tido até aqui uma atuação tímida no debate, realizado, aliás, a toque de caixa no Congresso. Calculam que o setor deixaria de receber 430 bilhões de reais em 20 anos e que perderia um terço do espaço atual dentro das receitas locais. Efeito do estrangulamento financeiro, segundo comunicado conjunto dos secretários: “População em elevado risco, já que virá acompanhado do aumento da desassistência, da desigualdade e da exclusão social”.

A saúde é o maior problema em todas as capitais, conforme levantamento do Ibope durante as eleições para prefeitos. Em Cuiabá e Campo Grande, a área estava no topo da lista para 62% dos entrevistados, maior índice de insatisfação. No fim de 2015, o instituto pesquisara as prioridades dos brasileiros para 2016, e a saúde liderava. Melhorar a qualidade da educação



Parente desdenha do pré-sal, mas a extração do óleo na costa brasileira custa a metade de outros campos mundiais. As petroleiras estrangeiras agradecem a nova abertura do setor



MARCELO CAMARGO/ABR E CAROLINA ANTUNES/PR



Temer e Padilha apostam na "caça aos comunistas" em slogan ambíguo

aparecia em quinto. A propósito, a última pesquisa trimestral do Ibope para a Confederação Nacional da Indústria mostra um Temer tão impopular quanto em junho – 68% não confiam nele, só 14% aprovam seu governo. Detalhe: agora mais gente o considera pior do que Dilma Rousseff. O índice passou de 25% para 31%.

O avanço da educação no século XXI, escasso para as necessidades dos brasileiros e da economia, não se repetirá, em caso de congelamento orçamentário. As matrículas em universidades pularam de 3 milhões para 7 milhões entre 2001 e 2013, embaladas pela criação de 18 instituições federais e de bolsas (ProUni). No ensino profissional, as inscrições em estabelecimentos federais subiram de 315 mil, em 2001, para 784 mil, em 2014. O orçamento da rede de escolas técnicas saltou de 850 milhões de reais, em 2003, para 10 bilhões, em 2015, descontada a inflação. Dados, todos, do Ministério da Educação.

CONGELAR OS GASTOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO "VAI REVISAR A IDEIA BÁSICA DE CIDADANIA SOCIAL", DIZ O ECONOMISTA PEDRO ROSSI

VAMOS TIRAR O BRASIL DO VERMELHO PARA VOLTAR A CRESCER

O Governo Federal encontrou uma situação muito grave nas contas públicas, veja:

- ▶ Ao final de 2015 havia **R\$ 54,3 bilhões de despesas** do PAC já realizadas e ainda não pagas.
- ▶ **R\$ 2,6 bilhões** atrasados no pagamento de tarifas bancárias referentes a serviços prestados ao governo, a maior parte devida à Caixa Econômica por serviços de pagamentos de benefícios sociais.
- ▶ **Prejuízos bilionários na Petrobras:** R\$ 21,5 bilhões em 2014 e **R\$ 34,9 bilhões** em 2015.
- ▶ **Prejuízos bilionários na Eletrobras:** R\$ 6,2 bilhões em 2013, R\$ 3,0 bilhões em 2014 e **R\$ 14,4 bilhões** em 2015.
- ▶ **Obras públicas inacabadas** e com orçamento estourado, alguns exemplos:

Essa foi a situação encontrada pelo governo, que está tomando todas as medidas possíveis para sair dessa grave crise e investir em educação, saúde e políticas sociais. Todo esse sofrimento teria sido evitado se as contas do passado estivessem equilibradas. Equilibrar as contas públicas é mais do que necessário. É urgente. Para nunca mais ter pedaladas. Para nunca mais ter R\$ 170 bilhões de contas públicas no vermelho. E para, definitivamente, nunca mais ter 12 milhões de desempregados. Porque quando um governo gasta mais do que arrecada, quem paga a conta é você.

EQUILIBRAR AS CONTAS PÚBLICAS. ISSO É GOVERNAR COM RESPONSABILIDADE.

No fim do ano passado, um consultor do Senado, o doutor em economia Marcos Mendes, analisou o orçamento federal da educação nos dez anos entre 2004 e 2014. Concluiu que a área “foi bastante privilegiada” e despontava como campeã de alta de investimento quando se olha o valor direcionado a ela no total das receitas do governo. “Um saldo nada desprezível de 130%”, anotou. Se o congelamento já existisse, a expansão teria sido à metade, estima o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Congelar verbas de saúde e educação vai na contramão do país desenhado na Constituição, que completou 28 anos na quarta-feira 5. “Não é um mero ajuste fiscal, é uma decisão dos rumos da nação nos próximos 20 anos”, diz o economista Pedro Rossi, da Unicamp. “Vai revisar a ideia básica

de cidadania social e os valores que estão postos na Constituição.” Um projeto que levará muita gente no futuro a ter de pagar mensalidades escolares e planos de saúde, para contornar o sucateamento dos serviços públicos, na avaliação do economista João Sicsú, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A proposta é tão dura que recebe críticas até do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, cujo partido, o PSDB, apoia as medidas. Alckmin tornou-se uma voz um pouco mais influente no cenário nacional após a vitória em primeiro turno de seu afilhado João Doria na disputa pela Prefeitura de São Paulo. Em debate na Bolsa de Mercadorias e Futuros em setembro, o tucano defendeu que os gastos públicos acompanhassem o crescimento da economia, não só a inflação. Do contrário, “vai ter problema na saúde, vai ter de mudar o SUS, e vai cair nas costas dos estados e prefeitos”.

O governador paulista está longe de ser um daqueles oposicionistas que o presidente agora passou a acusar, em entrevistas e eventos, de querer “destruir” o governo. Uma manifestação que Temer encorajou-se a fazer após as eleições municipais, segundo ele encerradas com a derrota da tese do “golpe”.



O peemedebista, segundo um auxiliar, acredita que a população quer resultado dos governantes, e não retórica.

A beligerância presidencial revelou-se na propaganda que pinta o caos ao defender o congelamento de gastos por 20 anos. Veiculada em jornais na quarta 5, intitula-se “Vamos tirar o Brasil do vermelho para voltar a crescer”. Custou a Temer uma representação no Ministério Público Federal e ações populares levadas a tribunais pelas mãos do PT e PCdoB. Os partidos queriam proibir a publicidade, devolução ao Erário do dinheiro gasto, apuração de eventuais crimes e punição dos responsáveis. O problema seria a palavra “vermelho”, alusão ao PT e à esquerda. Haveria crime de improbidade (propaganda oficial tem de ser impessoal) e eleitoral (há petistas no segundo turno de eleições para prefeito). “O governo faz terrorismo para aprovar o congelamento de gastos com serviços públicos. Essa propaganda é gravíssima”, acusa o deputado Paulo Teixeira, vice-presidente do Partido dos Trabalhadores.

Congelamento à parte, Temer conseguiu triunfar no Congresso no pós-eleição. Na quarta 5, os deputados aprovaram por 292 votos a 101 a lei que abre a empresas estrangeiras a exploração do pré-sal sem a necessidade de uma associação com a Petrobras. A sessão foi acalorada. Governistas chamaram os opositores de “ladrões”, em referência aos escândalos na estatal, e em resposta foram acusados de “entreguistas”. Ainda faltavam trechos específicos da lei para análise em dias posteriores, nada capaz de alterar a essência da proposta. Como havia sido aprovada pelo Senado no início do ano, a lei sairá da Câmara direta para a sanção presidencial.

Não há nenhuma chance de veto. Temer é um entusiasta do projeto proposto em 2015 pelo seu atual chanceler, José Serra. Em viagem recente aos Estados Unidos, o presidente reuniu-se com investi-



Já não será mais preciso “ancorar” dinheiro em Cayman

“O GOVERNO FAZ TERRORISMO PARA APROVAR O CONGELAMENTO DE GASTOS COM SERVIÇOS PÚBLICOS”, AFIRMA O DEPUTADO PAULO TEIXEIRA

dores internacionais e prometera que a legislação do pré-sal mudaria em “brevíssimo tempo”, tentativa de atrair capital estrangeiro para estimular a economia. Pela lei original do pré-sal, de 2010, fim do governo Lula, a exploração tinha de ser feita sempre com a participação da Petrobras. Da produção total, no mínimo 30% pertenceriam à brasileira. Agora a companhia poderá escolher se integra a extração em campos futuramente leiloados pela Agência Nacional do Petróleo. Durante o governo Temer, também são nulas as chances de a estatal optar pela participação.

O pré-sal foi descoberto em 2007 graças à tecnologia da Petrobras de exploração de águas ultraprofundas e é uma das maiores reservas encontradas no planeta nas últimas décadas. Em depoimento à Operação Lava Jato em maio, o empresário Eike Batista dera um “dado bacana” a dois procuradores do Ministério Público. O custo de produção no pré-sal é de 7 dólares por barril, informação repassada a ele por um amigo, Nelson Silva, ex-CEO da British Gas, sócia da Petrobras no campo pioneiro do pré-sal, na Bacia de Santos. O custo médio das grandes companhias pelo globo é de 15 dólares, segundo a Petrobras.

“Ninguém sabe que o pré-sal é tão rico”, dizia um entusiasmado Batista.

Agora os estrangeiros vão poder se esbaldar em uma típica riqueza natural brasileira como fizeram com o pau-brasil no passado. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, desdenha do pré-sal, objeto de “certo endeusamento”, em sua opinião. Parente defende a abertura às multinacionais, em nome de investimentos que a petroleira brasileira não teria como fazer sozinha hoje, por causa do alto endividamento. Em julho, vendera os 66% da empresa em um campo que deve entrar em operação em 2020, o de Carcará, a uma estatal da Noruega, a Statoil. Negócio a preço de banana ou, nas palavras do vice-presidente-executivo da Statoil, Tim Dodson, “em termos muito competitivos”.

Logo a Câmara votará uma nova lei de regularização de capitais escondidos no exterior, outra medida nos planos de Temer, em razão do potencial arrecadatário em tempos de penúria fiscal. A Receita Federal ensaiou resistir, por preferir a lei em vigor, mais restritiva, mas o Palácio do Planalto não deu bola. Regularização de capital evadido, estrangeiros no pré-sal, congelamento de verba social em nome de dívidas com o “mercado”... Talvez a Constituição de 1988, em sua essência, não chegue a completar 30 anos. •

ISTOCKPHOTO

